

GEEDEL – Grupo de Estudos de Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico Local

Daniel Henrique dos Santos Maia – (Uni-Facef)
Hélio Braga Filho (Uni-Facef)
Adriana Cristina Araujo (Uni-Facef)
Rodrigo dos Santos Souza (Uni-Facef)

1. Introdução e Justificativa

Na década de 1970, por conta de um a conjuntura econômica turbulenta resultante dos choques do petróleo, crise de liquidez internacional , o capitalismo central passaria por intenso processo de reestruturação. Para debelar os efeitos da crise, os governos dos países industrializados adotaram um conjunto de medidas de política econômica que visavam conter desequilíbrios do balanço de pagamentos e a inflação.

Contudo a magnitude dessas medidas de caráter macroeconômico engendrou mudanças radicais de viés microeconômicos, as quais, por sua vez, acabaram gerando a Terceira Revolução Industrial.

Assim, a aplicação de novas tecnologias na área da produção promoveram expressivo salto quantitativo da oferta industrial, sem contar que as NFT (Novas Formas de Trabalho), resultaram de aumentos substanciais da produtividade do trabalho.

No setor terciário, as novas tecnologias sobressaindo as TI (tecnologia da Informação) possibilitaram também indiscutível salto quantitativo e qualitativo traduzido pelo leque de serviços que passaram a ser oferecidos.

Até mesmo no setor primário, o emprego de novas tecnologias e da mecanização crescente se instalaram no campo.

Entretanto, essas mudanças promoveram radicais transformações na divisão internacional do trabalho, alterando profundamente a estrutura dos empregos.

A estabilidade econômica e a disciplina fiscal requerida pela globalização econômica e financeira crescente dos mercados, obrigou, principalmente, as empresas industriais, a praticarem rigoroso controle dos custos de produção, enquanto condicionante decisivo de permanência das empresas num mercado cada vez mais competitivo e dinâmico .

Os processos de aquisição e de fusão, ao mesmo tempo que sinalizavam tendência à oligopolização – principalmente nos setores mais competitivos e de maior adensamento tecnológico – registravam através do processo de reestruturação eliminação de postos de trabalho.

Assim, o desemprego no início da década de 1990, aumentou em escala mundial, enquanto reflexo das mudanças processadas no modo de produção capitalista, do emprego de novas tecnologias e de novas formas de organização do trabalho e, ainda das reduzidas taxas de crescimento econômico das principais economias do capitalismo industrializado.

No Brasil, os efeitos dessas mudanças se tornaram mais contundentes na década de 1990 com a abertura comercial e financeira praticada pelos governos Collor e FHC.

O ajuste pró-estabilização da economia brasileira requerida para a contenção e a erradicação da inflação a níveis civilizados, produziu efeitos danosos sobre a economia, sobretudo na indústria.

Juntamente com a apreciação do Real em relação ao Dólar, foram adotadas medidas de redução das alíquotas de importação, o que resultou de imoderado aumento do coeficiente de importação, sinalizando assim, forte viés anti-produção.

Por outro lado, em decorrência da apreciação do câmbio (R\$/US\$) associado ao atraso da indústria nacional, as empresas industriais passaram a encontrar grandes dificuldades para poderem exportar os seus produtos. Assim, diante de tamanha pressão, a saída encontrada foi senão a adoção de um produto ajuste de viés microeconômico.

A magnitude do processo de reestruturação produtiva colocado em prática, foi suficiente para produzir substancial alteração na ocupação da força de

trabalho, assim como, promoveu significativas mudanças na estrutura dos empregos.

As taxas de desemprego nas áreas metropolitanas aumentaram progressivamente, do mesmo modo, a taxa de desocupação também nas aglomerações urbanas de grande e de médios portes.

Como se tudo isso não fosse ainda suficiente, ao lado do progressivo crescimento do desemprego, aparecia pra reforçar e agravar ainda mais esse quadro, o prolongamento do tempo de espera por um novo emprego. Desse modo, a potencialização desses fatores manifestou-se sob a forma de efeitos negativos ampliados, provocando imoderada expansão no setor informal e do surgimento em escala de MPN (micro e pequenos negócios).

Diante desse quadro de dificuldades enfrentado pelas empresas, mas principalmente pelos trabalhadores, um conjunto de medidas foram tomadas no âmbito das políticas públicas. Entre outras, podemos destacar os programas de capacitação, qualificação e requalificação da mão-de-obra; a criação dos PAT (Postos de Atendimento ao Trabalhador); os programas de micro – crédito (Banco do povo); a difusão da Economia Solidária(sobressaindo os projetos de formação de cooperativas populares); o Programa Brasil Empreendedor / SEBRAE, o projeto de apoio e fomento ao artesanato (SUTACO) entre outro.

No município de Franca/SP, o quadro também não fora diferente.

A economia do município sentiu ainda mais os efeitos da política de estabilização e da aberturada economia. A valorização cambial acrescida do aumento do coeficiente de importação/ produto, induziu os empresários industriais do ramo de fabricação de calçados a praticarem também intenso processo de reestruturação produtiva.

Os efeitos desse processo puderam ser sentidos em razão do aumento da taxa de desocupação, bem como, da transferência, ou da migração de trabalhadores do setor formal para o setor informal da economia. Diante de uma conjuntura econômica marcada pela estabilização da economia com abertura comercial e sem proteção industrial, muitas empresas – inclusive aquelas de maior tradição e tempo de existência – encerraram suas atividades, enquanto outras,

sofreram radical reestruturação, como algumas, procuraram obter vantagens comparativas maiores (incentivos fiscais, mão –de - obra servil e barata) migrando para outras localidades do país.

Assim, a partir da década de 1990, a economia do município passou a vislumbrar uma nova configuração estrutural, pois, enquanto a indústria de transformação registrava redução da sua participação na composição do PIB local, os setores de comércio e serviços, ganhavam pontos importantes superando a participação do setor industrial.

Por outro lado, a economia ingressou já por volta de 1995, numa fase de acumulação de capital sem precedentes, traduzida pela crescente abertura de novas empresas.

De acordo com os dados do IBGE (Cadastro Central de Empresas) o número de unidades locais passou de 10.710 em 1995 para 17.997 em 2005. Muito embora esse forte movimento de expansão tenha se concentrado na sua totalidade em empreendimentos de micro e pequeno portes, não deixa de revelar por sua vez, o vigor empreendedor de seus munícipes.

Cumprido contudo salientar, que apesar de tal vigor empreendedor, outros problemas acabam surgindo, pois, muitos empreendimentos além de não sobreviverem, via de regra, por mais de 2 a 3 anos, quase sempre, concentravam em segmentos da atividade econômica já saturados, ou, em via de saturação.

È oportuno ressaltar que um estudo realizado pelo IPES - Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais – do UNI- Facef sobre o problema da concentração e da saturação de atividades econômicas no município, em doze estabelecimentos industriais, constatou:

- a) Forte concentração da atividade industrial no subsetor de fabricação de calçados;
- b) Ausência de barreira à entrada neste mesmo segmento;
- c) Segundo os estabelecimentos pesquisados a concorrência (de acordo com 75% das respondentes) aumentou; o preço unitário de venda reduziu (58%); o faturamento reduziu segundo a opinião de 58% dos questionados e, para a grande maioria (75%) a margem de lucro também reduziu.

Todavia, outros segmentos da atividade econômica nos setores de comércio varejista e de prestação de serviços, apontam para a mesma situação de concentração e de provável saturação. Convém no entanto salientar, que pouco sabemos a respeito do empreendedor local em relação à sua formação, suas motivações, das suas dificuldades, das estratégias adotadas para o enfrentamento da concorrência, do papel das instituições e das entidades de classe segundo a visão desses mesmos empreendedores, entre outras questões.

Ainda interessa-nos saber na opinião dos empreendedores locais, qual a importância que o binômio formação-informação assume na tomada de decisão do investimento. Essas questões, assim como, o fato de muitos empreendimentos concentrarem-se em segmentos saturados ou em vias de saturação, causam-nos possibilidades de explorar esse rico ambiente de experiências por meio da pesquisa acadêmica.

O UNI – Facef – Centro Universitário de Franca, com mais de 50 anos de existência, vem ao longo deste período contribuindo tanto para a formação de cidadãos e profissionais através dos seus cursos de graduação e pós graduação, como tem se dedicado ao estudo da problemática do desenvolvimento local e regional.

Além disso, no campo da pesquisa científica, fora as atividades desenvolvidas pelo IPES - Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, a instituição conta com o seu próprio programa institucional de iniciação científica (PIBIC), como também conta com o apoio de renomadas instituições de fomento à pesquisa como a FAPESP e CNPq, as quais, desde 2005 têm concedido bolsas de iniciação científica aos graduandos.

A inserção da instituição na comunidade local se efetiva por meio de seus projetos de cunho social, como também pela parceria firmada com outras instituições e entidades representativas de classes.

Assim, a questão do tempo de sobrevivência e da concentração de empresas em segmentos já saturados ou em vias de saturação, como da formação de empreendedor, das suas dificuldades, etc., são problemas passíveis de serem pesquisados, os quais podem oferecer-nos subsídios importantes para

uma melhor compreensão a respeito desse fenômeno. Levando ainda em conta que “ Empreendedorismo” e “ Desenvolvimento Econômico” são disciplinas oferecidas nos cursos de graduação em Ciências Econômicas e de Administração de Empresas, a interação de ambas - e de outras disciplinas afins – através de um grupo de estudo sobre o tema “ Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico Local” justifica a formação do GEEDEL – Grupo de Estudos do Empreendedorismo e de Desenvolvimento Econômico Local.

1.1 Objetivos do GEEDEL

- a) Construir com os membros participantes uma base de fundamentos teóricos sobre a temática do empreendedorismo e do desenvolvimento econômico local;
- b) Desenvolver pesquisas sobre as atividades existentes no território produtivo local;
- c) Identificar lacunas e/ou carências ainda não atendidas pelas atividades produtivas existentes no espaço local;
- d) Identificar novas vocações ou possibilidades de novos empreendimentos;
- e) Elaborar projetos de novos e diferentes empreendimentos passíveis de serem implementados;

1.2 Material e Método.

Considerando o fato do GEEDEL desenvolver atividades tanto de caráter teórico como de teor prático, propomos a organização de “ Seminários de Discussão” que a partir de textos selecionados sobre a temática do Empreendedorismo e do Desenvolvimento Econômico Local, contribuirão sem dúvida para dar suporte teórico requerido.

Também incluímos para aumentar a base de conhecimentos sobre o tema, atividades a serem ministradas por professores da própria instituição e de outras instituições, bem como, de palestras a serem proferidas por profissionais afinados com o tema, capazes de contribuir com as áreas de conhecimento específico dos núcleos que integram o grupo de estudos.

Os seminários de discussão serão desenvolvidos a partir da leitura de artigos, textos de livros, entre outros, serão posteriormente debatidos num intervalo de reuniões que ocorrerá a cada quinze dias.

Caberá também aos membros participantes dos núcleos que integram o GEEDDEL a organização e apresentação de estudos relacionados ao empreendedorismo, desenvolvimento econômico, economia solidária, elaboração de projetos, bem como, do levantamento de dados estatísticos e pesquisas inerentes ao tema.

Em termos práticos, para efeito de efetivação de qualquer projeto, propomos um esquema baseado nos requisitos e nas etapas que envolvem uma ação empreendedora, sobretudo em se tratando de MPN (micro e pequenos negócios).

Considerando o fato de que diferentes formações profissionais ou especializações afins estejam disponíveis, reuni-las obedecendo o critério da complementaridade, pode ser um passo importante para o desenvolvimento de novas idéias¹.

Essas mesmas especializações dotadas de fundamentação teórica, ou, do mínimo de conhecimento requerido para a gestão de negócios, baseando-se em dados estatísticos relativos à economia local e ou/ regional : população, renda per capita, estrutura de consumo, atividades produtivas já instaladas, etc. , bem como da realização de pesquisas exploratórias de mercado, podem identificar a existência de espaço vazios ou de oportunidades de negócios.

A partir daí, a criatividade assume papel fundamental para o desenvolvimento de projeto suscetível de oferecer um produto novo- ou melhorar/ inovar aqueles já disponíveis- ou até mesmo de um novo serviço visando sobretudo a diferenciação da concorrência.

¹ **NOTA: Atualmente podemos verificar no setor de prestação de serviços certos empreendimentos que num mesmo espaço oferecem variado leque de serviços complementares, como por exemplo: fisioterapia e estética; serviços odontológicos agrupados em várias especialidades; serviços advocatícios prestados por profissionais especializados em diferentes áreas do direito; serviços de consultoria empresarial organizados por profissionais especializados em várias áreas (direito, controladoria, orçamento empresarial, marketing, recursos humanos, etc.)**

Em seguida, o(s) futuro (s) empreendedor (s) para tornarem concreto o negocio devem submeter-los a analise de viabilidade econômica e financeira através de sua formalização expressa por meio da elaboração do projeto e da montagem do plano de negócios.

O passo seguinte e não final será o de procurar por instituições de fomento ou melhor, de credito para apreciação do projeto, que em caso de ser o mesmo aprovado o empreendimento poderá ser finalmente concretizado.